

Gênero e pobreza: desigualdades entrelaçadas

O enfoque de gênero no estudo da pobreza levou à revisão dos métodos mais convencionais de medição e à exploração de novas formas, dando uma contribuição significativa ao atual debate sobre o tema. As medidas de renda familiar não capturam as dimensões intrafamiliares da pobreza, porque assumem uma distribuição equitativa dos recursos entre seus membros e consideram que todas as pessoas são igualmente pobres.

Equipe de pesquisa do Social Watch*

Embora a metodologia de medição da pobreza não permita que o gênero seja refletido nas estatísticas oficiais ou nas estratégias de redução da pobreza, ambos estão inextricavelmente vinculados. A despeito das freqüentes menções ao gênero como um tema transversal em muitas estratégias, é um tópico que, na prática, recebe pouca atenção nos planos de ação e nos projetos de desenvolvimento específicos. A pobreza afeta homens, mulheres, meninos e meninas, porém essa experiência é vivida de forma diferente por pessoas de idades, etnias, papéis familiares e sexos distintos. Por causa da biologia e de seus papéis de gênero sociais e culturais, além da subordinação culturalmente construída, as mulheres enfrentam condições desvantajosas, que acumulam e intensificam os já numerosos efeitos da pobreza.

Os relatórios nacionais do *Observatório da Cidadania/Social Watch 2005* apresentam uma série de argumentos e evidências sobre o vínculo entre pobreza e gênero, as características das mulheres pobres e os problemas que enfrentam em relação aos homens pobres. Este texto tem dois objetivos: esclarecer os problemas metodológicos de medição da pobreza que escondem as questões de gênero e mostrar isso por meio de exemplos retirados dos relatórios nacionais. Não há intenção de que os exemplos sejam representativos, mas somente ilustrativos.¹

Os trabalhos sobre a pobreza do ponto de vista do gênero abrem uma nova perspectiva, que vem ganhando importância desde a década de 1990. Os estudos realizados dentro desse marco de referência “examinam as diferenças entre os gêneros nos resultados e processos que geram a pobreza, focalizando especialmente as experiências das mulheres e verificando se elas formam um contingente desproporcional e crescente entre as pessoas pobres. Esta ênfase implica uma perspectiva que

destaca duas formas de assimetrias que se cruzam: gênero e classe” (Kabeer, 1994).

As pesquisas que confirmam as desigualdades entre os gêneros, especialmente no acesso e no atendimento das necessidades básicas, dão suporte à afirmação de que “a pobreza feminina não pode ser incluída no mesmo enfoque conceitual da pobreza masculina” (Kabeer, 1994). Em geral, os indicadores de pobreza são baseados em informações sobre a família, sem levar em conta as grandes diferenças entre gêneros e gerações que nela existem. Numa perspectiva de gênero, no entanto, é necessário decodificar as situações dentro da família, pois, nesse espaço de coabitação, as pessoas mantêm relações assimétricas e nele prevalecem os sistemas de autoridade.

Considerando isso, é importante levar em conta os seguintes fatores:

- as desigualdades entre os gêneros nos contextos familiares, que resultam em acesso diferenciado aos recursos do grupo doméstico, agravam a pobreza das mulheres, especialmente nas famílias pobres;
- apesar das mudanças atuais, a divisão de trabalho por sexo dentro das famílias é ainda muito rígida.

“As mulheres têm acesso limitado ao crédito. Como desde o início carecem de empoderamento financeiro, elas precisam recorrer a instituições de crédito em seus países para financiar suas atividades econômicas. No entanto, tais instituições, quando existem, relutam em prestar serviços às mulheres. Essa relutância deriva do preconceito de que a mulher seria uma má administradora de recursos e que não pagaria o empréstimo. Quando existe a disposição de prestar esses serviços às mulheres, insistem que tenham avalistas masculinos.”

Relatório da Nigéria^{NR}

A divisão de trabalho em função do sexo que atribui às mulheres o trabalho doméstico limita suas oportunidades de acesso a recursos materiais e sociais e à participação nas decisões políticas, econômicas e sociais. Elas não somente possuem bens materiais limitados, como têm bens sociais mais restritos (acesso à renda, bens e serviços por meio das conexões sociais) e bens culturais (educação formal e conhecimento cultural), o que as coloca numa situação de maior risco de pobreza. As conseqüências da disparidade persistem durante toda a vida da mulher, em diversas formas e em áreas e estruturas sociais diferentes.

A situação descrita no relatório da Zâmbia pode ser considerada como um paradigma da realidade dos países menos desenvolvidos: “[...] o sistema educacional zambiano apresenta disparidades entre os gêneros em todos níveis. Embora tais disparidades sejam muito pequenas no ensino primário, crescem no nível secundário e aumentam consideravelmente na educação terciária. Essas disparidades na educação se manifestam depois no mercado de trabalho. A parcela de mulheres com emprego remunerado caiu de 39%, em 1990, para 35%, em 2000”.

Relatório da Zâmbia

Por causa das limitações sofridas pelas mulheres oriundas da divisão do trabalho em função do sexo e pelas hierarquias sociais baseadas nessa divisão, as mulheres têm acesso desigual às diferentes áreas sociais, principalmente aos sistemas estreitamente interligados: o mercado de trabalho, os sistemas de assistência ou proteção social e as estruturas domésticas.

Em termos da dimensão relacional do gênero, que trata das relações entre homens e mulheres, a pobreza das mulheres é analisada levando-se em consideração tanto a família como o ambiente social. Aplicada às famílias, a perspectiva de gênero melhora o entendimento de como uma família funciona, pois desvela as hierarquias e os padrões de distribuição de recursos e, assim, questiona a idéia de que os recursos da família são distribuídos equitativamente e que todos os seus membros têm as mesmas necessidades.

* Karina Batthyány (coordenadora), Marina Sol Cabrera, Garciaela Dede, Daniel Macadar e Ignacio Pardo.

1 Os exemplos usados neste artigo foram extraídos de uma amostra de relatórios nacionais recebidos até 20 de maio de 2005.

NR Todos os relatórios de países citados no texto estão disponíveis no CD que acompanha esta publicação. O relatório da Alemanha encontra-se também nesta versão impressa.

As desigualdades se manifestam em forma de barreiras e limitações invisíveis, como está ilustrado no relatório da Coreia do Sul. “Embora a sociedade sul-coreana tenha fortalecido políticas e sistemas para promover a participação das mulheres na atividade socioeconômica desde a década de 1990, há barreiras informais e barreiras invisíveis para as mulheres no mercado de trabalho. Além disso, seus salários são baixos, e 42,2% de todas as mulheres empregadas têm problemas decorrentes de trabalho irregular, temporário e de tempo parcial. As mulheres também precisam interromper sua participação no trabalho e na sociedade por causa das responsabilidades domésticas, como as do casamento, gravidez, parto, cuidado das crianças e outros deveres familiares. O mercado de trabalho na sociedade sul-coreana tem uma estrutura dupla. A parte superior é caracterizada por produtividade alta, salários bons e emprego estável; a parte inferior tem como característica produtividade baixa, salários inferiores e emprego instável. Essa estrutura dupla, com os homens na parte superior e as mulheres na inferior, separa os sexos em categorias empresariais, posições e níveis salariais diferentes. A discriminação da mulher no mercado de trabalho resulta em famílias pobres chefiadas por mulheres.”

Relatório da Coreia do Sul

Os efeitos desses processos no mercado trabalho são visíveis em hiatos de renda mesmo nos países desenvolvidos, como a Alemanha. “Caso os salários das mulheres na Alemanha Ocidental continuem a se aproximar dos salários dos homens no mesmo ritmo dos últimos 40 anos, serão necessários no mínimo outros 40 anos para que as trabalhadoras que exercem atividades administrativas e intelectuais e muito mais de 70 anos para que as mulheres que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos. Pela média de todos grupos ocupacionais, as mulheres ainda recebem 20% a menos do que seus colegas homens para realizar o mesmo trabalho. No caso das engenheiras, essa diferença atinge 30,7%.”

Relatório da Alemanha

O enfoque de gênero no estudo da pobreza desmascara tanto a discriminação pública como a familiar ao identificar as relações de poder e a distribuição desigual de recursos nas duas esferas.

A discussão conceitual da pobreza é vital, pois sua definição determina que indicadores serão utilizados para sua medição, assim como o tipo de políticas a serem implementadas para combatê-la. Como afirmou Feijó (2003), “aquilo que não é conceituado também não é medido”.

Como a pobreza é medida de acordo com as características socioeconômicas da família como um todo, é impossível identificar as diferenças entre os gêneros no que diz respeito ao acesso a necessidades básicas dentro da família. As pesquisas

domiciliares também são limitadas de acordo com a maneira pela qual obtém a informação, pois o único recurso considerado é a renda, não sendo levado em conta o tempo dedicado à produção familiar e à reprodução social.

Naila Kabeer (1994) destaca que, para compensar as limitações das medições de pobreza, as informações devem ser desagregadas para levar em conta as diferenças entre “ser” e “fazer” dentro da família. De acordo com a autora, há necessidade de indicadores que reconheçam que as vidas das mulheres são regidas por restrições sociais, direitos e responsabilidades diferentes (algumas vezes, mais complexos do que os dos homens) e que elas vivem, em grande medida, fora da economia formal.

Esse conceito mais amplo da pobreza incluiria dimensões como a autonomia econômica e a violência de gênero, que raramente são levadas em conta nos estudos de pobreza.

As tradições culturais nos diferentes países são a origem de outras restrições enfrentadas pelas mulheres. “As normas culturais não somente impedem que as mulheres herdem a terra. Tradicionalmente, depois da morte do marido, a viúva perde toda a propriedade do marido, que é distribuída entre os parentes dele do sexo masculino. Em 2001, o estado Enugu aprovou uma lei que proíbe essa prática. No entanto, a lei não foi aplicada, e a prática continua amplamente disseminada. Outros estados e o governo federal continuam a funcionar como se não soubessem da existência dessa tradição.”

Relatório da Nigéria

Sobre esse assunto, o relatório da Índia é também esclarecedor: “As mulheres também são marginalizadas porque não têm poder em diferentes atividades econômicas, sociais e políticas. Dispositivos legais e práticas sociais relacionadas à propriedade e à herança prejudicam as mulheres, exceto nas poucas áreas em que existem estruturas familiares matrilineares. As estruturas sociais, políticas e familiares não incluem as mulheres nos processos de decisão. Isso não apenas afeta o lugar da mulher na sociedade, na economia e na família, mas também contribui para sua baixa auto-estima”.

Relatório da Índia

O relatório do Uruguai nota as diferentes dimensões da desigualdade no mercado de trabalho: “As mulheres são especialmente afetadas pela flexibilidade do mercado de trabalho, a perda de normas trabalhistas claras, medo do desemprego, segmentação do mercado de trabalho por gênero, remuneração desigual para o mesmo trabalho, exclusão das posições de chefia em virtude de estereótipos de gênero, assédio sexual e um sistema de seguridade social que não leva em conta o envelhecimento da população e o mercado de trabalho informal”.

Relatório do Uruguai

A violência de gênero não é normalmente incluída nas discussões sobre pobreza, embora as estatísticas revelem a gravidade da situação. “Atualmente, a cada nove dias uma mulher é vítima de violência doméstica no Uruguai. Os abortos inseguros tornaram-se a principal causa da mortalidade materna. Para as mulheres, especialmente para as pobres, é muito arriscado romper com os modelos tradicionais de ‘mulher’ ou de ‘mulher como mãe’.”

Relatório do Uruguai

O relatório romeno apresenta resultados similares: “[...] uma de cada cinco mulheres sofre abusos do marido ou parceiro [...] e, em geral, a sociedade romena encara essas atitudes como normais. Outro estudo confirma que pelo menos 800 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica em 2004”.

Relatório da Romênia

Da mesma forma no Nepal, “[...] viúvas jovens, especialmente na comunidade indo-ariana, estão sujeitas à violência psicológica e física por causa de disputas em torno de sua herança. Estima-se que anualmente 12 mil meninas e mulheres – aproximadamente 20% com menos de 16 anos – são traficadas como prostitutas para a Índia e outros países. A pobreza e o desemprego, causados pelo declínio progressivo da demanda por serviços dos artesãos das aldeias e pelo empobrecimento dos camponeses resultante da divisão das terras, têm forçado famílias a venderem suas próprias filhas”.

Relatório do Nepal

Medição da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero

A medição da pobreza ajuda a torná-la visível e cumpre um papel importante no desenvolvimento e na implementação das políticas públicas. As metodologias de medição são estreitamente ligadas a conceituações específicas da pobreza; portanto, os resultados podem diferir quando se trata de aspectos diferentes da pobreza. Nenhuma metodologia é neutra – mesmo aquelas sensíveis ao gênero e as consideradas mais precisas e objetivas. Ao contrário, contêm elementos subjetivos e arbitrários.

A perspectiva de gênero contribui para ampliar o conceito de pobreza ao identificar a necessidade de medir a pobreza de modo a levar em conta sua complexidade e suas múltiplas dimensões. O debate sobre a metodologia da pobreza não propõe o desenvolvimento de um indicador único que sintetize todas as dimensões da pobreza. Ao contrário, a ideia é explorar propostas de medição diferentes, melhorando as técnicas de medida mais convencionais, observando suas vantagens e limitações, assim como criando novas medidas.

Medição da pobreza a partir da renda familiar

A medição da pobreza de acordo com a renda é atualmente um dos métodos mais amplamente utilizados, um indicador quantitativo muito bom para identificar as situações de pobreza. No que diz respeito a modelos de medidas monetárias, não há método mais efetivo. Além disso, há mais disponibilidade de dados por país para medição da pobreza em termos monetários do que para usar outros enfoques, tais como capacidades, exclusão social ou participação. A medição da pobreza pela renda permite comparações entre países e regiões, além da quantificação da pobreza para o desenvolvimento de políticas públicas.

Um dos aspectos mais controvertidos da medição de renda é sua capacidade ou incapacidade de refletir as dimensões múltiplas da pobreza. Analistas argumentam que a medição da renda enfatiza a dimensão monetária da pobreza e, portanto, somente leva em conta seus aspectos materiais, ignorando os culturais. Esses aspectos incluem as diferenças de poder, que determinam o acesso a recursos, mas, acima de tudo, incorporam o trabalho doméstico não-remunerado, indispensável à sobrevivência das famílias, assim como outros indicadores que podem refletir melhor a pobreza e as diferenças de bem-estar entre os gêneros.

Outra crítica dessa medição da pobreza é que não considera o fato de as pessoas também satisfazerem suas necessidades por meio de recursos não-monetários, como redes comunitárias e apoio familiar.

A medição da renda familiar *per capita* apresenta sérias limitações para capturar as dimensões intrafamiliares da pobreza. Ela falha por ser incapaz de levar em conta o fato de homens e mulheres experimentarem a pobreza de forma diferente dentro da mesma família. Isso ocorre porque as famílias são tomadas como unidade de análise e se pressupõe que exista uma distribuição equitativa dos recursos entre seus membros. De acordo com essa medição, todos os integrantes da família são igualmente pobres.

O método é também limitado pela forma como mede as desigualdades entre os gêneros, pois não considera como renda o trabalho doméstico não-remunerado desenvolvido na família. O trabalho doméstico não-remunerado pode fazer diferença considerável na renda da família. As famílias chefiadas por homens têm mais probabilidade de dispor do trabalho doméstico gratuito da esposa e, assim, evitar despesas associadas com a manutenção da casa. Isso é menos provável de acontecer nas famílias chefiadas por mulheres, que geralmente pagam os custos privados de realizar trabalho doméstico não-remunerado. Esses custos incluem ter menos tempo para o repouso e o lazer, o que afeta seus níveis de saúde física e mental. Da mesma forma, essas mulheres têm menos tempo para conseguir acesso a melhores oportunidades de emprego e menos tempo para a participação social e política.

Em relação ao uso do tempo ou seus padrões de gastos, o método também não mostra diferenças

entre homens e mulheres. Esses aspectos são centrais para a caracterização da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero. Estudos sobre o uso do tempo confirmam que as mulheres gastam mais tempo do que os homens em atividades não-remuneradas. Isto indica que têm jornadas mais longas em detrimento de sua saúde e níveis nutricionais.

Medição da pobreza em termos de renda, a partir de gênero

Como foi mencionado, a autonomia econômica ou o fato de ter renda para atender às suas necessidades é outra dimensão da pobreza. Para esse fim, uma medição individual é útil no estudo da pobreza intrafamiliar. Não se trata de substituir uma medição por outra, mas de trabalhar com as duas medições, pois servem a objetivos distintos. As medições de pobreza individual têm vantagens, pois são capazes de identificar situações de pobreza que permaneceriam ocultas em medições tradicionais (como, por exemplo, pessoas que vivem em famílias não-pobres, porém sem renda própria), revelando as limitações maiores enfrentadas pelas mulheres para se tornarem economicamente autônomas.

Trabalho não-remunerado

O trabalho não-remunerado é um conceito central no estudo da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero. Analistas argumentaram que, embora essa atividade não seja valorizada monetariamente, ela satisfaz necessidades e possibilita as atividades de reprodução social. Há também quem afirme que existe uma forte relação entre o trabalho não-remunerado e o empobrecimento das mulheres. A necessidade de medir o trabalho da mulher vem sendo destacada e resultou em diversas propostas, que sugerem dar um valor monetário ao trabalho doméstico e incluí-lo nas contas nacionais. A medição do trabalho não-remunerado também mostraria uma diferença importante na renda familiar entre as famílias com uma pessoa dedicada ao trabalho e aos cuidados domésticos (famílias chefiadas por homens) e aquelas famílias sem essa pessoa e que devem assumir os custos privados associados a esse tipo de trabalho (famílias chefiadas por mulheres).

A medição do tempo dedicado ao “trabalho não-remunerado”

Outra maneira de medir e visualizar o trabalho não-remunerado é por meio da alocação de tempo. Estão incluídos nesse conceito: o trabalho de subsistência (produção de alimentos e vestimentas, consertos de roupas), o trabalho doméstico (comprar bens e serviços para a casa, cozinhar, lavar a roupa, passar a ferro, fazer a limpeza, realizar atividades relacionadas com a organização da casa e com a distribuição de tarefas e fazer encargos externos como o pagamento de contas etc.), cuidados com a família (crianças e pessoas idosas) e serviços comunitários ou trabalhos voluntários (serviços realizados por não-familiares por meio de organizações religiosas ou laicas). Levando em

conta o tempo que as mulheres gastam realizando cada uma dessas atividades, elas se tornam visíveis e reconhecidas, facilitando a percepção das desigualdades entre os gêneros nas famílias e na sociedade. Além disso, a alocação de tempo torna possível calcular o volume total da carga de trabalho – um conceito que inclui tanto o trabalho remunerado como o não-remunerado.

Os levantamentos de uso de tempo ajudam a gerar melhores estatísticas sobre trabalho remunerado e não-remunerado, sendo uma ferramenta essencial para desenvolver um maior conhecimento sobre as diferentes formas de trabalho e emprego.

O parágrafo 206 da Plataforma de Ação de Pequim (1995) recomenda:

“(f) Desenvolver um conhecimento mais abrangente de todas as formas de trabalho e emprego, por meio do:

(i) melhoramento da coleta de dados sobre o trabalho não-remunerado, já incluído no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, em áreas como a agricultura, especialmente a de subsistência, e em outros tipos de atividades produtivas não voltadas ao mercado;

(ii) melhoramento das medições que atualmente subestimam o desemprego e subemprego das mulheres no mercado trabalho;

(iii) desenvolvimento de métodos, nos fóruns adequados, para avaliar o valor em termos quantitativos do trabalho não-remunerado que fica fora das contas nacionais, como o cuidado de dependentes e a preparação de alimentos, para que esse valor seja possivelmente refletido em contas satélite ou outras contas oficiais (que podem ser separadas, porém coerentes com as contas nacionais essenciais), na perspectiva de reconhecer a contribuição econômica das mulheres e tornar visível a distribuição desigual do trabalho remunerado e não-remunerado entre mulheres e homens;

(g) desenvolver uma classificação internacional de atividades para estatísticas de uso de tempo que seja sensível às diferenças entre mulheres e homens no trabalho remunerado e não-remunerado e coletar dados desagregados por sexo. No plano nacional, condicionado às limitações nacionais:

(i) realizar estudos de uso do tempo de forma regular para medir em termos quantitativos o trabalho não-remunerado, incluindo o registro daquelas atividades desempenhadas simultaneamente com as atividades remuneradas ou com outras não-remuneradas;

(ii) medir em termos quantitativos o trabalho não-remunerado que não é incluído nas contas nacionais e trabalhar para melhorar os métodos de avaliação que reflipam com precisão o seu valor nas contas satélite e em outras contas oficiais, podendo ser separadas, porém coerentes com as contas nacionais essenciais”.

Há precedentes para esse tipo de estudo sistemático em países como Canadá, Cuba, França, Itália, México, Nova Zelândia, Espanha e Venezuela.² Na Itália, “o aumento da participação feminina não foi acompanhado por uma distribuição mais justa das atividades familiares. A tarefa não-remunerada de cuidar das crianças e as atividades de reprodução social recaem quase inteiramente sobre as mulheres, cujo número total de horas trabalhadas, remuneradas e não-remuneradas é, em média, 28% superior ao dos homens. Dentre estes, 35,2% não dedicam nenhum tempo à atividade de cuidados na família”.

Esforços de outros países, embora não sistemáticos, têm permitido estudos específicos dessas dimensões. É o caso do Uruguai, onde foi realizado um levantamento em 2003 sobre o uso do tempo dos homens e das mulheres, com o objetivo de gerar indicadores que informassem e mostrassem as relações assimétricas entre os gêneros nas famílias (Aguirre, 2004).

Resumo

O enfoque de gênero tem dado contribuições conceituais e metodológicas valiosas ao estudo da pobreza. Em termos conceituais, fornece uma definição mais abrangente da pobreza, numa perspectiva integrada e dinâmica que reconhece as dimensões múltiplas e os aspectos heterogêneos da pobreza. A perspectiva de gênero critica fortemente as definições de pobreza baseadas na renda e destaca os componentes materiais, simbólicos e culturais como aqueles que influenciam as relações de poder que, por seu lado, determinam o acesso dos gêneros aos recursos materiais, sociais e culturais. É possível sustentar que, sem uma perspectiva de gênero, a pobreza não pode ser entendida de forma adequada.

O enfoque de gênero no estudo da pobreza levou à revisão dos métodos mais convencionais de medição e a exploração de novos métodos, dando uma contribuição significativa ao atual debate.

As medidas de renda familiar não capturam as dimensões intrafamiliares da pobreza, incluindo as desigualdades entre os gêneros, pois assumem uma distribuição justa dos recursos entre seus membros, homogeneizando as necessidades de cada pessoa e considerando que todas são igualmente pobres. Esse método tem limitações para medir a desigualdade entre gêneros porque não reconhece, em termos monetários, a contribuição para a família do trabalho doméstico não-remunerado. Finalmente, as medidas de renda são incapazes de capturar as diferenças entre gêneros em termos dos padrões de uso do tempo e de gastos, duas dimensões que contribuem para caracterizar a pobreza mais completamente e para formular políticas públicas melhores.

A crítica ao método de medição da renda domiciliar tem como objetivo introduzir uma perspectiva de gênero na medição tradicional da pobreza. Uma questão que precisa ser levantada vigorosamente é a necessidade de atribuir valor ao trabalho doméstico não-remunerado, como maneira de valorizar a contribuição das mulheres e reconhecer como trabalho as atividades domésticas, pois elas são essenciais para a satisfação das necessidades básicas. ■

Referências

- AGUIRRE, Rosario. *Trabajo no remunerado y uso del tiempo: fundamentos conceptuales y avances empíricos* – La encuesta Montevideo 2003. Santiago do Chile: Cepal, 2004.
- ARAYA, María José. *Un acercamiento a las Encuestas sobre el Uso del Tiempo con orientación de género*. Santiago do Chile: Cepal, 2003. (Série Mujer y Desarrollo, n. 50).
- FEIJÓO, María del Carmen. *Desafíos conceptuales de la pobreza desde una perspectiva de género*. Documento apresentado na Reunião de Especialistas em Temas de Pobreza e Gênero, Cepal/OIT, Santiago do Chile, ago. 2003.
- KABEER, Naila. *Reversed eequalities: gender hierarchies in development thought*. Londres: Verso, 1994.

² Para mais informações sobre esses estudos, ver Araya (2003).